Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 10334/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/1/2013
PROTOCOLO	: 1374038
ÓRGÃO	: SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS E AÇÕES SOCIAIS E CIDADANIA CAMPO GRANDE
ORDENADOR DE DESPESAS	: NILVA SANTOS
CARGO DO ORDENADOR	: EX-SECRETÁRIA
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO
VALOR	: R$ 46.054,97
RELATOR (A)	: CONS. JERSON DOMINGOS

Versam os autos do procedimento licitatório na modalidade Carta Convite nº 461/2012, a formalização do Instrumento Contratual Substitutivo (Nota de Empenho nº 0115/2012) e Execução Financeira, celebrado entre a Secretaria Municipal de Politicas e Ações Sociais e Cidadania e a empresa Osvaldo Silveira Barros - ME, visando à aquisição de gêneros alimentícios.

A equipe técnica da 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise ANA-3ICE-1557/2016, manifestou-se pela regularidade do procedimento licitatório (Carta Convite nº 461/2012), do instrumento contratual substitutivo (Nota de empenho nº0115/2012) e da sua execução financeira (1ª 2ª e 3ª fases).

O Ministério Público de Contas, na mesma linha de entendimento, exarou o parecer PAR-MPC-17444/2016, regularidade e legalidade do procedimento licitatório, da formalização contratual e dos atos praticados no decorrer da execução financeira.

É o relatório.

Da análise dos autos, verifica-se que procedimento licitatório, a formalização do instrumento do contrato e a execução financeira estão em conformidade com as disposições previstas na Lei 8.666/93 e alterações, e com as determinações contidas na Instrução Normativa TC/MS nº 35/2011, Lei Complementar nº 160/2012 e Regimento Interno desta Corte de Contas[1], sendo clara a sua regularidade.

Nos termos da análise da 3ª ICE, verifica-se que houve a publicação resumida do instrumento do contrato na imprensa oficial dentro do prazo previsto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n. 8666/93.

No que tange à execução financeira, as etapas foram realizadas de acordo com as disposições contidas na legislação vigente, em especial a Lei n. 4.320/64 e os atos de execução do objeto resultaram na seguinte totalização:

[1] Aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013.

Nota de Empenho	R$ 46.054,97
Nota Fiscal	R$ 46.054,97
Pagamento	R$ 46.054,97

Ante o exposto, acolho a análise do Corpo Técnico deste Tribunal de Contas e o Parecer do Ministério Público de Contas e **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório na modalidade Carta Convite nº 461/2012, celebrado entre a Secretaria Municipal de Politicas e Ações Sociais e Cidadania e a empresa Osvaldo Silveira Barros - ME, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, I, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

II – pela **REGULARIDADE** da formalização do Instrumento Contratual Substitutivo (Nota de Empenho nº 0115/2012), nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, II da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

III – pela **REGULARIDADE** da execução financeira contratual, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

IV – pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

Campo Grande/MS, 07 de novembro de 2016.

Jerson Domingos
Conselheiro Relator

GDH